

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.218 - RJ (2019/0385758-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE

SUSCITANTE : JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE BARRA DO PIRAÍ - RJ

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE BARRA DO PIRAI - RJ

INTERES. : MARILDA ISSENE GUIMARAES E OUTROS

ADVOGADO : HENRIQUE FRISCHGESELL FONSECA - RJ117232

INTERES. : POSTAL SAUDE - CAIXA DE ASSISTENCIA E SAUDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS

ADVOGADOS : JOSÉ RODOLFO ALVES DA SILVA JUNIOR - DF015809

ARIOVALDO APARECIDO DA CAMARA -

DF044703

ELLEN LINO DE CASTRO - DF028599

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO CÍVEL. AÇÃO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DOMICILIAR (HOME CARE) C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE PREVISTO EM ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO LABORAL.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Barra do Piraí-RJ, suscitante, e o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Barra do Piraí-RJ, suscitado, nos autos de ação de obrigação de fazer c/c pedido de indenização por danos morais, na qual se discute o direito ao serviço médico-hospitalar domiciliar (home care), uma vez que o plano de saúde teria reduzido sua disponibilização de 24h para 12h, causando prejuízo ao restabelecimento da saúde do beneficiário, hoje já falecido.

A demanda foi proposta, inicialmente, perante a Justiça estadual, que declinou da competência para a Justiça especializada, ao argumento de que "a assistência em saúde prestada pela parte ré decorre da relação de trabalho entabulada entre a mantenedora e os beneficiários, sendo, portanto, matéria afeta a Justiça Laboral, nos termos do art. 114, IX, da CRFB." (e-STJ, fl. 367).

Por sua vez, ao receber os autos, o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Barra do Piraí-RJ declarou-se igualmente incompetente e suscitou o presente conflito, afirmando que (e-STJ, fl. 1.716):

(...) a causa de pedir não se relaciona com o contrato de trabalho havido entre o curatelado e a requerida, mas sim com a recusa da caixa de assistência ré em fornecer determinado tratamento de saúde a este, tal relação jurídica não se insere no âmbito de competência desta especializada.

Instado, o Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo suscitante (e-STJ, fls. 1.736-1.739).

Brevemente relatado, decido.

Cinge-se a controvérsia em definir a competência para processar e julgar ação que objetivava o restabelecimento, integral, do serviço médico-hospitalar domiciliar (home care) prestado por plano de saúde vinculado à relação de trabalho, bem como o pleito correspondente à indenização por danos morais decorrentes de sua recusa.

No caso, a assistência médico-hospitalar é ofertada aos empregados e aposentados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em razão de Acordo Coletivo de Trabalho, consoante acórdão proferido pelo TST por ocasião do julgamento do Processo de Dissídio Coletivo n. 6942-72.2013.5.00.0000, constituindo, portanto, benefício acessório ao contrato de trabalho, apto a atrair a competência da Justiça do Trabalho, sendo custeado, majoritariamente, por recursos advindos da ECT, sua mantenedora.

Vale salientar que é indiferente que se trate de questão relativa a cobertura de home care, haja vista que, conforme assinalado pelo Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, no bojo do CC n. 132.451/SP, "a Segunda Seção desta Corte Superior já decidiu que compete à Justiça do Trabalho dirimir questões atinentes a plano de saúde quando existir correlação com disposições estabelecidas em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, restando indiferente para esta conclusão que a controvérsia se estabeleça acerca de inclusão de dependentes, reajuste de mensalidades, extensão da cobertura, prazo de vigência, entre outros (cf. arts. 1.º da Lei n. 8.984/1995, 625 da Consolidação das Leis do Trabalho e 114, I e IX, da Constituição Federal). Isso porque todas as condições para a

prestação dos serviços previstos no programa de assistência médica foram negociadas entre o empregador e o sindicato de empregados em convenção coletiva de trabalho" (CC n. 132.451/SP, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 9/10/2014).

Confirmam-se, ainda, nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRESTADA POR EMPRESA, BENEFICIANDO SEUS EMPREGADOS, APOSENTADOS E RESPECTIVOS DEPENDENTES, CONFORME PREVISTO EM CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR LITÍGIOS ORIUNDOS DE ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, AINDA QUE ENVOLVENDO APOSENTADO E EX-EMPREGADOR. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. 'Consoante precedentes desta Corte, o Programa de Assistência Multidisciplinar à Saúde (AMS) é oferecido pela Petrobrás a seus empregados, aposentados e pensionistas consoante as disposições estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho. É, portanto, competente para conhecer do eventual descumprimento dessa norma o juízo trabalhista'. (CC 111565/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 21/11/2012)

2. A doutrina distingue entre causa de pedir remota e próxima. Esta, imediata, é a alegada violação do direito que se busca proteger em juízo. Aquela (causa de pedir remota), mediata, é a fundamentação jurídica fática e que autoriza o pleito do autor. Desse modo, 'os fundamentos jurídicos do pedido' a que faz referência o art. 282 do CPC são os fundamentos de fato, ou os fatos constitutivos do direito do autor - aos quais corresponde a causa de pedir remota -, e os fundamentos de direito - aos quais correspondem a causa de pedir próxima.

3. Com efeito, por ser dissídio oriundo de discussão acerca do cumprimento de convenção coletiva de trabalho, trata-se de competência absoluta da Justiça laboral para o julgamento da demanda, em razão da matéria controvertida, nos moldes do disposto nos arts. 1.º da Lei n. 8.984/1995, 625 da CLT e 114, I e IX, da CF. Precedentes da Segunda Seção e do STF.

4. Recurso especial provido.

(REsp n. 1.322.198/RJ, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, Qurata Turma, DJe 18/6/2013);

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PETROBRÁS. ASSISTÊNCIA À SAÚDE OFERECIDO A EMPREGADOS, EX-EMPREGADOS E PENSIONISTAS, DE ACORDO COM DISPOSIÇÕES DE NORMA INTERNA DA EMPRESA E CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. NEGATIVA DE COBERTURA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO TRABALHISTA.

1. Consoante precedentes desta Corte, o Programa de Assistência

Superior Tribunal de Justiça

Multidisciplinar à Saúde (MAS) é oferecido pela Petrobrás a seus empregados, aposentados e pensionistas consoante as disposições estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho. É, portanto, competente para conhecer do eventual descumprimento dessa norma o juízo trabalhista.

2. É indiferente para esta conclusão que a controvérsia se estabeleça acerca de inclusão de dependentes (RMS 30.859/SP), reajuste de mensalidades (CC 76.953/SP) ou extensão da cobertura.

3. JUÍZO DA 18ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR - BA, ora suscitante, para processar e julgar a causa. (CC n. 111.565/BA, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe 21/11/2012).

Diante do exposto, conheço do conflito e declaro competente o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Barra do Piraí-RJ, o suscitante.

Comunique-se. Publique-se.

Brasília, 22 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator